

CONSELHO DE CLASSE: ANÁLISE DO PROCESSO DE AVALIAÇÃO EDUCACIONAL

CLASS COUNCIL: ANALYSIS OF THE EDUCATIONAL EVALUATION PROCESS

Isadora Madeira dos Santos¹

Sérgio Donizeti Mariotini²

RESUMO

O presente artigo aborda a análise do Processo de Avaliação Educacional, por meio do órgão colegiado, Conselho de Classe, com o intuito de analisar seu papel e suas funções na teoria e na prática. O trabalho foi pautado em pesquisas bibliográficas, e análise documental primária em atas do Conselho de Classe, ficha de avaliação individual periódica e revista da proposta pedagógica de uma determinada instituição estadual de ensino do interior paulista. A metodologia escolhida foi à bibliográfica e documental, onde abordou as funções que são destinadas ao Conselho de Classe confirmando ou não com análises documentais que realçam as devidas funções na prática. O artigo foi pautado em teóricos como Libâneo (2004), Demo (1999), Veiga (1998) e Sacristán (2000). Observa-se que se faz necessário o aprofundamento nas funções deste órgão colegiado (Conselho de Classe) para que cumpra o seu real papel na instituição escolar. Evidências apontam o cumprimento de parte de suas funções envolvendo de maneira democrática e participativa, docentes e discentes.

Palavras-chave: Conselho de Classe. Avaliação. Gestão Democrática.

ABSTRACT

This article deals with the analysis of the Educational Evaluation Process, through the collegiate body, Class Council, in order to analyze its role and its functions in theory and practice. The work was based on bibliographical researches, and primary

¹ Graduação no Centro Universitário UNIFAFIBE, Bebedouro SP. E-mail: isadora_madeira@hotmail.com

² Docente no Centro Universitário UNIFAFIBE, Bebedouro, SP. E-mail: sergio_mariotini@hotmail.com

documentary analysis in minutes of the Council of Class, periodical individual assessment sheet and revised pedagogical proposal of a determined state educational institution of the interior of São Paulo. The methodology chosen was the bibliographical and documentary, where it approached the functions that are destined to the Class Council confirming or not with documentary analyzes that emphasize the proper functions in the practice. The article was based on theorists such as Libâneo (2004), Demo (1999), Veiga (1998) and Sacristán (2000). It is observed that it is necessary to deepen the functions of this collegial body (Class Council) to fulfill its real role in the school institution. Evidences indicate the fulfillment of part of their functions involving in a democratic and participative way, teachers and students

Keywords: Class Council, Evaluation, Democratic Management.

1 INTRODUÇÃO

Sabe-se que no contexto histórico das avaliações do processo ensino e aprendizagem, as mesmas eram entendidas como um ato punitivo, nos dias atuais observa-se uma preocupação em relação à inclusão social dos alunos das classes populares e ao novo processo de avaliação escolar.

A nova concepção da avaliação do processo ensino e aprendizagem contam com a colaboração de um colegiado constituído pelos interessados para a análise e reflexão do processo de avaliação. Este colegiado denomina-se nas escolas das redes públicas como Conselho de Ciclo, Classe, Ano e/ou Termo.

O referido colegiado tem a função de deliberar e apontar as dificuldades apresentadas pelos alunos, levando em conta sua especificidade, subjetividade em um tempo e ritmos próprios e fazendo com que o docente promova possibilidades, visando sempre alcançar objetivos para ensinar os conteúdos, contribuindo, pois, nas alterações para utilização das estratégias mais adequadas.

O Conselho de Classe vem sendo, nas últimas décadas, um objeto de estudo que tem como intuito ser um colegiado democrático de avanço no processo ensino aprendizagem.

Considera-se que o Conselho de Ciclo, Classe, Ano e/ou Termo tem como significância contribuir para o processo de democratização, além disso, cabe-se a

ele dar a oportunidade ao professor de discutir suas concepções de avaliação escolar presentes também nas suas práticas pedagógicas e ao aluno participar do processo de análise e reflexão das mesmas práticas.

Como Órgão Colegiado Democrático, é composto pelos professores da mesma classe, o professor coordenador pedagógico da unidade escolar, a equipe gestora e alunos representantes. Sendo assim, foram analisados dados referentes a uma classe de ensino fundamental, de uma escola pública estadual, do interior paulista, com objetivo de analisar o papel do Conselho de Classe e a inter-relação entre profissionais e alunos, verificando o Conselho de Classe como um ambiente possível de debate permanente do processo avaliativo, visando à qualidade da educação.

Buscou-se verificar como funciona na prática do cotidiano escolar o Conselho de Classe, pautado nas orientações legais e teóricas presentes. Levando em consideração o respeito às características individuais e coletivas dos alunos no desenvolvimento do currículo escolar.

O presente assunto fundamenta-se através de pesquisas bibliográficas, ou seja, as leis e os teóricos que os sustentam. Suas funções foram observadas por meio de documentos existentes na instituição escolar, de fonte primária, sendo utilizadas Atas do Conselho de Classe, a ficha de avaliação individual periódica e proposta pedagógica de uma determinada instituição de Ensino Estadual.

De princípio foram elencadas as finalidades do colegiado e qual sua participação no Conselho de Classe, pontuou-se também as funções, e como o Conselho de Classe analisa e determina seus métodos e planejamentos.

Em seguida foi feita uma análise documental de Atas do Conselho de Classe, buscando evidências sobre o assunto proposto e explicando como são aplicados os métodos e/ou conhecimentos sugeridos por autores citados no presente artigo.

2 FINALIDADES DO COLEGIADO: CONSELHO DE CLASSE

Uma boa gestão é indispensável para qualquer setor, principalmente no setor da educação, porém, sabe-se que é muito difícil quando apenas uma pessoa é responsável por toda organização e planejamento.

Sabendo disso, vale ressaltar que na Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 1988, nos artigos que se referem à organização da Educação no Brasil, contemplam em seu artigo 206 os princípios em que o ensino brasileiro deve ser ministrado. Entre eles destacamos: “O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: [...]. VI - Gestão democrática do ensino público, na forma da lei; VII - garantia de padrão de qualidade [...] (BRASIL, 1988, p. 151)

Apresenta-se, portanto, o inciso VI, que destaca a gestão democrática do ensino público, compactuando-se com os atos legais mencionados. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) nº. 9.394/96 complementa “Artigo. 3º. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: [...]. VIII - gestão democrática do ensino público na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino [...] (BRASIL, 1996, p. 28)

Sendo assim, a gestão democrática vem para ajudar e propor a inclusão de pessoas da comunidade para que haja descentralização de poder e a divisão de responsabilidades, uma vez que cada indivíduo tem seu ponto de vista acerca das realidades, obtendo várias ideias para uma única finalidade: o ensino.

Perante isso o envolvimento das pessoas vem para incluir o processo de avaliação que abrange o Conselho de Classe, que por sua vez está sendo cada vez mais importante, pois facilita a forma de gerir, já que há mais pessoas para expor ideias e cumprir funções que são decididas neste órgão colegiado.

Conforme Rocha (1984), o Conselho de Classe foi criado na França e foi implantado no Brasil no ano de 1971 através da LDBEN 5692/71, do qual tinha um perfil autoritário, característico da época militar.

Desta forma, levando em consideração a Constituição de 1988, que teve como função normalizar o processo de gestão, foi promulgada uma nova lei no ano de 1996, ficando em vigor a LDBEN 9394/96 que corrobora o direito da educação, que tem como princípios os deveres do Estado.

Também é definida na LDBEN 9394/96 que a Educação Escolar Brasileira é composta pela Educação Básica e a Educação Superior. A Educação Básica é composta pela educação infantil, ensino fundamental e ensino médio, que são de competência do Município e do Estado; e a Educação Superior que é de competência da União, podendo também ser ministrada pelos Estados e Municípios desde que atendidas os níveis de ensino de sua competência.

Pensando nisso foi implantado a partir do Ensino Fundamental o Conselho de Classe, que além de ser um órgão colegiado, também viabilizam a inserção de alunos, docentes e equipe gestora no processo de análise e reflexão do processo avaliativo do ensino e da aprendizagem. Este Conselho, ajuda a organizar e acompanhar as evoluções do ensino, onde o mesmo pode resolver, deliberar e/ou decretar o aprendizado. Assim define Libâneo (2004, p. 303) que:

O conselho de classe é um órgão colegiado composto pelos professores da classe, por representantes dos alunos e em alguns casos, dos pais. É a instância que permite acompanhamento dos alunos, visando a um conhecimento mais minucioso da turma e de cada um e análise do desempenho do professor com base nos resultados alcançados. Tem a responsabilidade de formular propostas referentes à ação educativa, facilitar e ampliar as relações mútuas entre os professores, pais e alunos, e incentivar projetos de investigação.

Assim, Libâneo refere-se que este órgão colegiado se trata de uma ferramenta para gerir e incentivar a educação e o ensino, que é composto por um grupo seletivo de pessoas para chegar a uma decisão comum, porém, Rocha (1984, p. 9) fala que:

O Conselho de Classe é uma reunião dos professores da turma com múltiplos objetivos, entre outros destacamos: avaliar o aproveitamento dos alunos e da turma como um todo; chegar a um conhecimento mais profundo do aluno e promover a integração dos professores e de outros elementos da equipe da escola.

Sendo assim, o Conselho de Classe tem como finalidade discutir e avaliar todos os possíveis procedimentos que serão utilizados em um determinado período escolar, que são: possibilitar a inter-relação entre profissionais e alunos, entre turnos e entre séries e turmas, propiciar o debate permanente sobre o processo de ensino e aprendizagem, favorecer a integração e sequência dos conteúdos curriculares de cada série e orientar o processo de gestão do ensino (onde consta a palavra série e ano), nos termos do Regimento Escolar do Estabelecimento de Ensino. (Regimento Escolar).

A participação do professor, alunos e do diretor no Conselho de Classe é indispensável, e tais membros se reúnem ordinariamente a cada bimestre, para que assim tenham um acompanhamento pedagógico mais coerente, sobre as evoluções e possíveis pontos negativos que aparecem no decorrer das aulas, podendo ser

melhorados. Conseguindo também se reunir em casos de extrema necessidade, para resolução de pontos inesperados e que precisam de uma atenção imediata.

Como dito por Pimenta (2005), o Conselho de Classe é um órgão colegiado, porém cabe buscar sua definição, o que seria um órgão colegiado? Segundo Pimenta (2005), “Trata-se de um grupo de pessoas que tem como objetivo debater de forma democrática e participativa sobre assuntos de interesses mútuos”.

Perante tal conhecimento podemos dizer que, o órgão colegiado do Conselho de Classe discute os interesses da escola como um todo, desde a direção até os discentes, tais como: qualidade do ensino na sala de aula, que leva em consideração a formação, a experiência e o conhecimento dos docentes, utilizando-se de recursos com metodologias diferenciadas e utilizar para o mesmo, tentando buscar o máximo de eficácia no processo de aprendizagem.

Considerando então que este órgão colegiado oferece a oportunidade também aos participantes deste Conselho o diálogo, amplificando o senso crítico, visando e refletindo sua realidade pedagógica educativa como um todo, assim podendo modificá-la, tanto relacionado aos métodos dos professores quanto ao desenvolvimento dos alunos, segundo Shor e Freire (1986, p. 122):

O diálogo deve ser entendido como algo que faz parte da própria natureza histórica dos seres humanos. É parte de nosso progresso histórico, do caminho para nos tornarmos humanos. O diálogo é o momento em que os humanos se encontram para refletir sobre sua realidade tal como fazem e refazem.

Analisando-o em um contexto geral, observa-se que o Conselho de Classe é analisado de forma “negativa” na maioria das vezes e vem se tornando um espaço muito superficial, no qual, se traz para a mesa, apenas as certificações de indisciplina dos alunos, e esporadicamente se falam, repensam e questionam sobre a didática, a metodologia, os conteúdos que são aplicados e até mesmo o convívio entre aluno e professor, assim confirma Dalben (1992, p.28) que “os conselhos de classe desenvolvem momentos de análise para verbalizarem notas e avaliação escolar, presos a medidas de rendimento, o aluno sendo o problema quanto à falta de estudo, assiduidade e interesse”.

Dalben (1992) recomenda-se a usar um ótimo planejamento, onde contenha um processo avaliativo do ensino aprendizagem, bem elaborado e planejado, para uma análise de desempenho garantindo então uma boa conduta para se alcançar os

objetivos propostos. Menciona também, que o processo de avaliação era meramente para atribuir em notas, ou seja, uma maneira de classificar os alunos.

Porém observa-se, não ser apenas isso, deve-se tratar também dos métodos utilizados para o ensino, os reais motivos pelo qual o aluno não teve êxito, para desta forma, identificar realmente o porquê o processo não está funcionando.

Para este processo de reflexão existem alguns métodos de avaliação no ensino, retratados por Behrens (2005, p. 102) que diz que avaliação:

[...] apresenta-se contínua, processual e participativa. O acompanhamento dos alunos em projetos e pesquisas tem como norteador a proposição de critérios discutidos e construídos com os alunos antes de começar o processo... o aluno é avaliado pelo desempenho geral e globalizado, com acompanhamento do seu ritmo participativo e produtivo, todo dia e não por momentos de grande esforço de memorização e cópia no final do bimestre.

Considerando o que foi contextualizado, apresenta-se a avaliação contínua, processual e participativa, proporcionando um itinerário para as reflexões que se fizerem necessário.

A avaliação contínua se diz em um processo que ocorre quando o docente prepara vários métodos para avaliar, observando o desempenho do aluno, preparando também uma autoavaliação e, contudo, atividades realizadas em grupos, não deixando apenas para avaliar no final de cada bimestre, assim visando o pleno desenvolvimento do aluno no decorrer das aulas.

Por outro lado, existe a avaliação processual que analisa pontualmente em cada exercício proposto, seja ele, escrito ou oral, assim corrigindo-o frequentemente, evitando erros no decorrer do ensino, desta forma tendo um avanço maior no aprendizado e podendo repensar em métodos diferentes para que se tenha êxito.

Já a avaliação participativa vem contribuindo para que o aluno seja o participante da ação que colocam eles a tomar consciência sobre seus resultados, fazer com que o discente se autoavale, que questionam e que criam sua própria autonomia.

Estas formas de avaliar contém a mesma destinação, porém de maneiras diferentes e em momentos distintos para que assim todo o processo de avaliação seja acompanhado, e em alguns casos haja tempo de revisar e reavaliar. (BEHRENS, 2005)

Mediante a isso, para uma avaliação de qualidade, tem a necessidade de vários componentes que ajudarão a ter uma eficácia no ensino-aprendizagem, com um conjunto de professores que tenha formações renomadas e uma boa estrutura tanto física quanto administrativa.

A vista de que o uso da avaliação do ensino aprendizagem se torna um elemento importante no processo educacional, o Conselho de Classe oferecerá um momento de análise e reflexão, que tem a obrigação de refletir e visualizar o discente como um todo, não apenas a base nos conceitos e notas, mas também os motivos por traz das ações do cotidiano que devem ser notadas pelo professor como falhas ou acertos dentro da sala, essas informações devem ser refletidas em todo contexto de discussão do colegiado.

Aderindo a esta reflexão sobre o ensino aprendizagem nota-se que o corpo docente juntamente com a gestão pedagógica da escola cria maneiras de resolver problemas do cotidiano escolar, e leva-nos a refletir sobre a avaliação do ensino e do aprendizado dos alunos. Mas por que refletir em um colegiado? Pautado em Demo (1999, p. 01), temos que:

Refletir é também avaliar, e avaliar é também planejar, estabelecer objetivos etc. Daí os critérios de avaliação, que condicionam seus resultados estejam sempre subordinados a finalidades e objetivos previamente estabelecidos para qualquer prática, seja ela educativa, social, política ou outra.

Trata-se de uma visão bem ampla e perspicaz em um processo de reflexão para avaliar e integrar os alunos, professores, diretor e coordenação pedagógica a terem uma visão mais completa e geral possível, já que todo processo de reflexão foi feito como base para ajudar o docente a ter métodos mais eficazes no processo de ensino.

Sabendo que os discentes, sempre têm que estar presente nessas reuniões do Conselho de Classe, pois é através deles (representantes) que se tem a voz ativa e um bom *feedback* da classe como um todo, afim de propiciar ao docente um olhar clínico, e ter a sensibilidade para saber, pensar e repensar estratégias para sua prática educativa. Discentes e docentes se aperfeiçoam ainda mais com as reflexões do processo avaliativo e se deparam com suas potencialidades e também aqueles que se encontram presos em suas limitações.

Neste caso, o método a ser seguido é o currículo escolar, para ver o aluno como um todo, visando sua cultura, sua condição econômica e social. Portanto, conceitua-se que Currículo segundo Grundy (1987, p. 5 apud SACRISTÁN, 2000) assegura-se:

O currículo não é um conceito, mas uma construção cultural. Isto é, não se trata de um conceito abstrato que tenha algum tipo de existência fora e previamente à experiência humana. É, antes, um modo de organizar uma série de práticas educativas.

Por outro lado, conforme Moreira e Dilva (1997, p. 28): “o currículo é um terreno de produção e de política cultural, no qual os materiais existentes funcionam como matéria prima de criação e recriação e, sobretudo, de contestação e transgressão”.

Assim, percebe-se segundo os autores que quando são bem conduzidas às discussões, as mesmas analisam o currículo, a metodologia e o sistema de avaliação da instituição, de uma forma geral que visam fatores culturais, sociais e econômicos, e conseqüentemente valores humanos.

O processo de discussão do sistema de avaliação está previsto em cada proposta pedagógica da escola, também conhecido como Projeto Político Pedagógico (PPP), ou seja, cada escola tem sua identidade, por onde se expressa caminhos em que deve seguir.

Esse sistema envolve também um ponto de partida no processo de aprender a aprender, que tem a relação entre professor e o aluno, onde há uma reciprocidade de conhecimentos, pois o professor sempre aprende com o aluno e vice e versa, facilitando a aproximação de ambos, que ajuda nas avaliações. Assim o projeto político pedagógico, pautado em Veiga (1998, p. 12):

[...] é o instrumento clarificador da ação educativa da escola em sua totalidade e tem como objetivo nortear as ações pedagógicas. O projeto político- pedagógico é concebido como o instrumento teórico-metodológico que a escola elabora, de forma participativa, com a finalidade de apontar a direção e o caminho que vai percorrer para realizar, da melhor maneira possível, sua função educativa.

Portanto, todos os envolvidos do Conselho de Classe ao refletir e avaliar os discentes, entretanto discuti também a metodologia e o papel do professor onde se

devem levar em consideração os elementos que são indispensáveis neste currículo, pois o mesmo interfere no desempenho do aluno e no ensino aprendizagem.

Por fim as práticas teóricas descritas acima, que ao se fazer parte do Conselho como uma instância colegiada, perpassa por todos os integrantes (professor, diretor, coordenador pedagógico e alunos), etapa por etapa, com isso buscando a melhor forma de aplicar a educação gerando um ciclo escolar.

E mesmo ocorrendo imprevistos, a escola como um todo deve sempre buscar se comprometer com as dificuldades, para estar em constante evolução, usando as práticas do Conselho de Classe que são aprendizagem dos discentes e a evolução dos docentes, obtendo uma solução de métodos de ensino propostos no processo da organização curricular.

Mas o Conselho de Classe nas instituições de ensino exerce sua função primordial de reflexão, sugestões e metodologias que buscam caminhos diferenciados de aprendizagens dos alunos, pautados no processo de avaliação?

Buscando-se observar na prática por meio de pesquisa documental primária, passamos a analisar os registros documentais que consolidam a análise do Conselho de Classe de uma instituição de ensino do interior paulista visando extrair evidências da teoria (reflexão) apresentada.

3 CAMPO DE PESQUISA: ANÁLISE DOCUMENTAL

No campo de pesquisa, analisando documentos de forma primária conforme afirma Gil (2011, p.51) “A pesquisa documental vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou ainda, podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa”, em que a escola apresenta a Proposta Pedagógica, sendo esta a identidade da escola, que pode ser nomeado pelo Projeto Político Pedagógico (PPP), em que nas reuniões discutem os objetivos e metas que foram ou não alcançados naquele período, e é através dele que fazemos questionamentos sobre o que se deve mudar?! O que pode continuar? E quais são as novas necessidades e ideias?

Mediante a isso, na instituição, existe a ficha de avaliação individual periódica, que ajuda a ter uma discussão sobre os objetivos, metas, avaliações e metodologia

que são assuntos primordiais, e serão conceituados e refletidos em órgãos colegiados, mais especificamente no Conselho de Classe.

Portanto, um deles tem o dever de analisar um sistema de processo avaliativo do ensino-aprendizagem dos alunos e as metodologias dos professores, onde é colocado em pauta o desempenho dentro da sala de aula, observando a ficha de avaliação individual periódica, que é usada como uma ferramenta, que é um dos recursos para sintetizar as reflexões levantadas sobre os alunos e seus avanços.

Conforme mostra a figura abaixo, podemos perceber que a ficha de avaliação individual periódica descreve as Diretrizes Curriculares do Ensino Fundamental, que levam em consideração os princípios éticos, políticos e estéticos, até os métodos de avaliação do docente, e que através das disciplinas pode-se observar o desempenho dos alunos, analisando e indicando os pontos positivos e quais deveriam ter um acompanhamento mais profundo visando sempre às habilidades mínimas que contemplam neste documento.

**FICHA DE AVALIAÇÃO INDIVIDUAL – PERIÓDICA
ENSINO FUNDAMENTAL – CICLO II**

IDENTIFICAÇÃO PESSOAL			
NOME DO ALUNO:			
Data de Nascimento: ____/____/____. R.M. _____ R.A. _____ - _____			
Ensino Fundamental Ciclo I (1º ao 5º ano) Concluído em: ____/____/____. Unidade Escolar – em:			
Frequência da Educação Básica no Ensino Fundamental – Ciclo II do 6º ao 9º ano. Anos Letivos: 6º ano ()) 7º ano ()) 8º ano ()) 9º ano ())	Progressão Parcial – 9º Ano		
	Ano	Disciplina	Resultado
Aluno (a) recebido (a) por transferência de outra Unidade Escolar em: ____/____/____.			

DIRETRIZES CURRICULARES DO ENSINO FUNDAMENTAL	Aspectos Observados, nos quais o aluno apresenta desempenho POSITIVO:
Os sistemas de ensino e as escolas adotam, como norteadores das políticas educativas e das ações pedagógicas, os seguintes princípios: I – Éticos: de justiça, solidariedade, liberdade e autonomia; de respeito à dignidade da pessoa humana e de compromisso com a promoção do bem de todos, contribuindo para combater e eliminar quaisquer manifestações de preconceito de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação. II – Políticos: de reconhecimento dos direitos e deveres de cidadania, de respeito ao bem comum e à preservação do regime democrático e dos recursos ambientais; da busca da equidade no acesso à educação, à saúde, ao trabalho, aos bens culturais e outros benefícios; da exigência de diversidade de tratamento para assegurar a igualdade de direitos entre os alunos que apresentam diferentes necessidades; da redução da pobreza e das desigualdades sociais e regionais. III – Estéticos: do cultivo da sensibilidade juntamente com o da racionalidade; do enriquecimento das formas de expressão e do exercício da criatividade; da valorização das diferentes manifestações culturais, especialmente a da cultura brasileira; da construção de identidades plurais e solidárias.	Leitura e interpretação de textos em gêneros diversos; Leitura, interpretação e produção de gráficos e tabelas; Realização de atividades individualmente; Organização quanto a materiais, tarefas e prazos; Relacionamento cooperativo e respeitoso.
	Aspectos Observados, nos quais o aluno necessita mais Estímulo / Apoio / Empenho:
	Produção de textos com uso adequado de ortografia, pontuação e concordância; Leitura, interpretação e resolução de problemas, através de estratégias pessoais e convencionais; Comunicação clara e argumentativa; Assiduidade e pontualidade.
HABILIDADES DO GRUPO I - Observar para levantar dados, descobrir informações nos objetos, acontecimentos, situações, e suas representações; Identificar, reconhecer, indicar, apontar , dentre diversos objetos, aquele que corresponde a um conceito ou a uma descrição; Identificar uma descrição que corresponde a um conceito ou às características típicas de objetos, da fala, de diferentes tipos de texto; Localizar um objeto, descrevendo sua posição ou interpretando a descrição de sua localização, ou localizar uma informação em um texto; Descrever objetos, situações, fenômenos, acontecimentos, e interpretar as descrições correspondentes; Discriminar , estabelecer diferenciações entre objetos, situações e fenômenos com diferentes níveis de semelhança; Constatar alguma relação entre aspectos observáveis do objeto, semelhanças e diferenças, constâncias em situações, fenômenos, palavras, tipos de texto; Representar graficamente (por gestos, palavras, objetos, desenhos, gráficos) os objetos, situações, seqüências, fenômenos, acontecimentos; Representar quantidades através de estratégias pessoais, de números e de palavras.	
HABILIDADES DO GRUPO II - Classificar - organizar (separando) objetos, fatos, fenômenos, acontecimentos e suas representações, de acordo com um critério único, incluindo subclasses em classes de maior extensão; Seriar - organizar objetos de acordo com suas diferenças, incluindo as relações de transitividade; Ordenar objetos, fatos, acontecimentos, representações, de acordo com um critério; Conservar algumas propriedades de objetos, figuras, quando o todo se modifica; Compor e decompor figuras, objetos, palavras, fenômenos ou acontecimentos em seus fatores, elementos ou fases; Fazer antecipações sobre o resultado de experiências, sobre a continuidade de acontecimentos e sobre o produto de experiências; Calcular por estimativa a grandeza ou a quantidade de objetos, o resultado de operações aritméticas; Medir , utilizando procedimentos pessoais ou convencionais; Interpretar - explicar o sentido que têm para nós acontecimentos, resultados de experiências, dados, gráficos, tabelas, figuras, desenhos, mapas, textos, descrições, poemas, e apreender este sentido para utilizá-lo na solução de problemas;	
HABILIDADES DO GRUPO III - Analisar objetos, fatos, acontecimentos, situações, com base em princípios, padrões e valores; Aplicar relações já estabelecidas anteriormente ou conhecimentos já construídos a contextos e situações diferentes; aplicar fatos e princípios a novas situações, para tomar decisões, solucionar problemas, fazer prognósticos; Avaliar , isto é, emitir julgamentos de valor referentes a acontecimentos, decisões, situações, grandezas, objetos, textos; Criticar, analisar e julgar , com base em padrões e valores, opiniões, textos, situações, resultados de experiências, soluções para situações-problema, diferentes posições assumidas diante de uma situação; Explicar causas e efeitos de uma determinada seqüência de acontecimentos; Apresentar conclusões a respeito de idéias, textos, acontecimentos, situações; Levantar suposições sobre as causas e efeitos de fenômenos, acontecimentos; Fazer prognósticos com base em dados já obtidos sobre transformações em objetos, situações, acontecimentos, fenômenos; Fazer generalizações (indutivas) a partir de leis ou de relações descobertas ou estabelecidas em situações diferentes, isto é, estender de alguns para todos os casos semelhantes; Fazer generalizações (constitutivas) fundamentadas ou referentes às operações do sujeito, com produção de novas formas e de novos conteúdos; Justificar acontecimentos , resultados de experiências, opiniões, interpretações, decisões.	

Linguagens e Códigos		6º Ano				Menção Final	7º Ano				Menção Final	8º Ano				Menção Final	9º Ano				Menção Final	Resultado Final do Ciclo
		1B	2B	3B	4B		1B	2B	3B	4B		1B	2B	3B	4B		1B	2B	3B	4B		
Língua Portuguesa	Nota																					
	Faltas																					
Educação Física	Nota																					
	Faltas																					
Arte	Nota																					
	Faltas																					
Língua Estrangeira Inglês	Nota																					
	Faltas																					
Leitura e Produção de Textos	Nota																					
	Faltas																					
AVALIAÇÃO SÍNTESE																						
AVALIAÇÃO SÍNTESE: MB = Muito Bom; B = Bom; S = Satisfatório; I = Insatisfatório.																						

EMENTA VISANDO ATINGIR A PROPOSTA PEDAGÓGICA DA ESCOLA	
Língua Portuguesa	Conscientização da importância do estudo da Língua Portuguesa relacionando-a as outras disciplinas na tentativa de compor um painel cultural que vá além do mero ensino desta disciplina; além de garantir que o aluno perceba a importância da leitura bem como a necessidade de expressar-se escrita e oralmente, adequando a língua às diversas situações de uso.
Educação Física	Construção, formação e transformação do amplo repertório motor na Cultura Corporal do Movimento, nos conteúdos: esporte, ginástica, luta, dança e pelo conhecimento sobre o corpo.
Arte	Reconhecimento das expressões artísticas em diferentes culturas, pela pintura, escultura e dança, bem como, a valorização das manifestações artístico-culturais na comunidade em que o aluno está inserido, favorecendo o desenvolvimento de talentos individuais e coletivo.
Língua Estrangeira Moderna	Reconhecimento da importância do idioma inglês como outra forma de comunicação oral e escrita além daquelas que já conhece. Noções básicas do uso da língua ajudando a inserção do jovem no mundo de culturas globalizadas.
Leitura e Produção de Texto	Ênfase da leitura e escrita em relação às diferentes formas de expressão pela Língua Portuguesa. Adequação da interpretação textual, no trabalho com diferentes gêneros textuais e o estímulo da produção de texto individual e coletivo.

(Fonte: Ficha avaliativa disponível na unidade escolar)

A ficha de avaliação individual periódica é um documento do aluno que está previsto no Regimento Escolar e na Proposta Pedagógica da Escola, que é registrado pelos professores de cada disciplina, anotando resultados em forma de notas de 0 a 10, e se o aluno estiver acima da média é aprovado, caso estiver abaixo é discutido pelo corpo docente. A ficha também conclui o rendimento do aluno de forma geral, onde existe o resultado final, que são nomeados como: Insatisfatório, Satisfatório, Bom e Muito Bom.

Com base no que foi discutido, retrataremos agora um outro ponto importante que seria uma pesquisa de análise documental primária, de uma instituição de ensino no interior paulista, onde passaremos a observar e analisar Atas do Conselho de Classe que consolidam suas evidências de teorias e práticas.

Visitando o documento legal, a ATA do Conselho de Classe destaca-se no registro o presente recorte abaixo:

ATA do Conselho de Classe (p. 4v. e 5) "Reuniram-se os membros do Conselho de Classe, Ciclo, Ano ou Termo para análise dos relatórios referentes ao terceiro bimestre, bem como resultados de avaliações para a discussão, reflexão e encaminhamentos. Inicialmente foram recepcionados pela [...] diretora substituta os alunos representantes dos anos do Ensino

Fundamental e Médio como também os professores lotados na Unidade Escolar. A direção explicou a importância do Conselho para a sondagem do contexto escolar onde fatores diversos afloram e contribuem para conhecimento e tomada de decisão.

Observa-se no documento que há uma interação entre os membros do Conselho de Classe em relação do que será retratado e discutido neste órgão colegiado, onde após a reunião feita todos os envolvidos preenchem o documento com a assinatura confirmando a sua participação; conforme defende Libâneo (2004, p. 303), a importância de envolver o corpo docente juntamente com os alunos, com o intuito de chegar a uma decisão comum de forma democrática, acompanhando os resultados e avaliando o rendimento dos discentes e docentes conforme também afirma ROCHA (1984, p. 9)

Dentro do Conselho também se destaca os pontos negativos ocorridos durante o período de aplicação dos conteúdos planejados, visando isso identificamos no recorte:

ATA do Conselho de Classe (p. 5) “Com relação a alguns aspectos a serem melhorados apontaram a bagunça de alguns gerando indisciplina, preguiça, desinteresse, desunião, com formação de algumas “panelas” e até falta de respeito por parte de alguns professores na relação com alunos e procedimentos adotados [...]”.

Desta forma, observa-se que foram apontados pelos participantes do Conselho de Classe ações indisciplinadas, que atrapalham o procedimento e/ou o rendimento da aula do professor, tais problemas foram decorrentes por falta de comunicação (diálogo) entre o professor e aluno, esse elemento é fundamentado por SHOR; FREIRE (1986, p. 122), que afirma que o diálogo tem que ser constante para que tenha uma inter-relação pertinente favorecendo o planejamento escolar.

Mediante a isso, após uma discussão e reflexão no Conselho de Classe foi pautado soluções para o problema em questão, conforme é possível observar no seguinte recorte:

ATA do Conselho de Classe (p. 5) “A direção retomou à necessidade de atitudes coerentes a permear o trabalho docente e que toda situação mal resolvida deve ser o quanto antes discutida e solucionada como conflitos e mal entendidos, bem como buscar sempre harmonia e o diálogo para o bom trabalho pedagógico e relações docente-alunos”

Desta forma o diálogo voltará a fluir entre o professor e o aluno, evitando novos conflitos e resgatando o foco das aulas, que é o aprendizado.

Também foi possível observar a importância de acompanhar e identificar o interesse e a assiduidade dos discentes, pois tais questões tem uma grande relevância dentro do Conselho de Classe juntamente com o planejamento que deve ter um desempenho garantindo uma boa conduta para se alcançar os objetivos propostos segundo o autor Dalben (1992), e assim refletindo sobre o ensino-aprendizagem do aluno conforme cita Demo (1999) analisando a ATA do Conselho de Classe, no recorte:

ATA do Conselho de Classe (p. 5) A direção explicou a importância do Conselho para a sondagem do contexto escolar onde fatores diversos afloram e contribuem para conhecimento e tomada de decisões. Em seguida foi solicitada a leitura dos relatórios contendo os itens: I – Participação – O que Contribui e o que não contribui; II – Assiduidade e III – Rendimento. Cada representante lê o relatório e a cada tópico registrado a direção foi apontando a responsabilidade e o papel de cada um no processo de ensino-aprendizagem para tomada de consciência e reflexão sobre a necessidade de mudança de atitude.

Identifica-se que a direção explica a importância do Conselho de Classe para a tomada de decisão, assim seguindo um planejamento no qual se reflete os relatórios contendo os itens participação, assiduidade, rendimento e o que contribui e não contribui para o processo de avaliação do ensino-aprendizagem.

Entre as várias funções que o Conselho de Classe exerce e discute, existe a que mais se destaca e tem um grau de maior importância, pois todos os outros tópicos discutidos ajudam a ter uma melhor ideia, no item de avaliação que relata os alunos que foram reclassificados, ou seja, que serão avaliados novamente com outra perspectiva visando uma melhoria satisfatória na vida escolar. Em análise da ATA observa-se que o Conselho de Classe, discute sobre a reavaliação dos alunos e a recuperação dos mesmos, conforme seguinte recorte:

ATA nº 03/2018 do Conselho de Classe (p. 11v) [...] entretanto, percebe-se que, ao analisar a Ficha de Avaliação Individual Periódica, são os mesmos alunos do bimestre anterior o que relata não termos feito o investimento necessário para alterar o rendimento do aluno. Registro a necessidade de relacionar, nominalmente, os alunos, o ano e as dificuldades para a devida recuperação dos mesmos.

Nota-se que ao verificar a ficha de avaliação individual periódica a direção solicitou uma atenção especial para os alunos que se encontram no “insatisfatório” para serem reavaliados, exigindo estudos adicionais, que por fim abordam a necessidade de uma recuperação destes alunos.

Porém, além de definir com base em notas o Conselho de Classe também deve levar em consideração o ambiente em que o aluno se encontra em contrapartida ao ensino, o que isso quer dizer? Em muitos casos há alunos que não tem uma base em casa, ou sofre de alguma limitação, o que pode atrapalhar consideravelmente o desempenho do mesmo, e isso tudo deve ser levado em consideração: ATA nº02/2018 do Conselho de Classe (p. 9) “Esclareceu que fatores internos e externos na vida do aluno podem acarretar significativas mudanças de comportamento ou aprendizagem”.

A ideia defendida por Moreira e Dilva (1997) sugere que deve haver uma preocupação perante aos fatores culturais, sociais e econômicos dos alunos. Assim visto na ATA que caso o Conselho de Classe deixe de levar em consideração esses elementos, os alunos podem apresentar resultados negativos não somente em suas notas, mas também em sua evolução como estudante.

Levando em conta todos os temas discutidos dentro do Conselho de Classe, todos devem seguir as normas definidas da instituição, o qual consta no Projeto Político Pedagógico (PPP), que em sua definição é a identidade da escola, que visa sempre a melhor forma de passar o ensino ao aluno, assim como consta no Editorial da Revista intitulada “Momento Escolar” que registra a Proposta Pedagógica da Escola em questão:

Construída com a participação de toda a comunidade escolar, a Proposta Pedagógica da escola, apresenta-se como o alicerce de todas as atividades de ensino e de aprendizagem planejadas pelos professores. É o momento de tomarmos o currículo nas mãos e dar vida aos saberes! A Proposta Pedagógica define como a escola é, que identidade se quer construir a partir da realidade vivenciada e, quais ações são planejadas para proporcionar a todos, uma escola viva, que considera o processo educativo e as concepções de homem e de educação dos atores envolvidos em sua elaboração (Proposta Pedagógica, 2014).

Desta mesma maneira defende Veiga (1998) que o Projeto Político Pedagógico é base para todo o processo educacional, onde perpassa por um itinerário visando sempre à construção do conhecimento entre aluno, professor e

toda a gestão, desta forma passando o ensino de maneira apropriada e para um melhor aproveitamento de todos os envolvidos.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mediante ao artigo, que trata da análise do processo de avaliação educacional em um Conselho de Classe este trabalho tem revisitação teórica, e busca um referencial pertinente, sobre este colegiado democrático, pela reflexão da avaliação educacional, e busca-se uma análise documental trazendo registros e relatos com o intuito de identificar os processos e padrões do Conselho de Classe.

Foi apurado que a Gestão no ambiente educacional é indispensável, pois organiza o âmbito escolar como um todo, e através do Conselho de Classe os membros identificam os problemas que ocorrem dentro e fora da sala de aula, e determina soluções que buscam melhorar o ensino-aprendizado.

O documento traz contribuição de que a instituição segue as normas do Conselho de Classe, pois nele contempla o diálogo, a reflexão da avaliação discente visando seu currículo e também sobre suas práticas docentes, e por fim, os conflitos sendo solucionados pela intervenção da direção e os demais membros.

REFERÊNCIAS

BEHRENS, M. A. **O Paradigma emergente e a prática pedagógica**. 4. ed. Curitiba, PR: Editora Universitária Champagnat, 2005.

BRASIL. **Constituição** (1988). 42. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei 9.394/96)**. 6. ed. Rio de Janeiro DP&A, 2003.

DALBEN, Â. I. F. **Conselho de classe e Avaliação**: perspectivas na gestão pedagógica da escola. Campinas, SP: Papirus, 1992.

DEMO, P. **Avaliação qualitativa**. 6. ed. Campina, SP: Autores Associados, 1999.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6 ed. São Paulo: Atlas 2011.

GRUNDY, S. (1987), **Curriculum: Product or praxis**. Londres. The Falmer Press. (Trad. Cast.: Producto o praxis del curriculum. Madrid. Morata. 1991.)

LIBÂNEO, J. C. **Organização e gestão da escola: teoria e prática**. 5. ed. ver. E ampl. Goiânia: Alternativa, 2004.

MOREIRA, A. F. B.; SILVA, T. T. (Org.). **Currículo, cultura e sociedade**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1997.

PIMENTA, S. G. et al. (Org.). **Saberes pedagógicos e atividade docente**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

PROPOSTA PEDAGÓGICA, **Revista Momento Escolar**, São Paulo, v. 1, 2014.

ROCHA, A. D. C. **Conselho de Classe: burocratização ou participação**. Rio de Janeiro: F. Alves, 1984

SÃO PAULO, Conselho Estadual de Educação, Parecer nº 67/98, CEF/CEM . Aprovado em 18/03/1998. **Normas Regimentais Básicas para as Escolas Estaduais**. São Paulo, 1998.

SHOR, I.; FREIRE, P. **Medo e ousadia: o cotidiano do professor**. 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

VEIGA, Ilma Passos A. Perspectivas para reflexão em torno do projeto políticopedagógico. In: VEIGA, Ilma Passos A., RESENDE, Lúcia G. de (orgs.). **Escola: espaço do projeto político-pedagógico**. Campinas, SP: Papyrus, 1998.

Recebido em 13/12/2018

Aprovado em 11/3/2019